

ENSAIO SOBRE A SOCIOGENIA DOS “CABRAS MARCADOS PARA MORRER”¹: trabalhadores rurais ameaçados na Mata Sul de Pernambuco

ESSAY ON THE SOCIOGENY OF “CABRAS MARCADOS PARA MORRER”: rural workers in Pernambuco’s Zona da Mata Sul

João Victor Venâncio Vasconcelos do NASCIMENTO²
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Hugo Belarmino de MORAIS³
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Resumo: Este artigo pretende tecer considerações sobre a sociogenia de pequenos agricultores inseridos em um contexto de violência e violação de direitos em comunidades rurais do município de Jaqueira. Localizado na Zona da Mata Sul de Pernambuco, trata-se de uma região historicamente marcada por contradições entre o latifúndio açucareiro e indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais e pequenos agricultores. O objeto principal da análise é uma videoreportagem produzida pelo portal Leia Já, intitulada “Marcados para morrer: o drama dos agricultores jurados de morte, em Jaqueira (PE)”. Nela, Ernande, Adriano e Branco, moradores da comunidade de Fervedouro, descrevem em detalhes as violências cometidas por representantes de um grupo econômico que busca se apropriar do território e despejar as famílias. Partindo do conceito *fanoniano* de sociogenia (Fanon, 2020b) como paradigma que põe em cena a influência do contexto histórico concreto na formação subjetiva, pretendemos analisar a narrativa dos trabalhadores e identificar, em seus relatos, sintomas de mudanças individuais e coletivas que estejam em curso desde a emergência do conflito pela terra e das

¹ Referência livre ao filme documentário de Eduardo Coutinho (1984) e à videoreportagem conduzida pela repórter Marília Parente (Leia Já, 2020).

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF), na condição de bolsista CAPES. Mestre em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Integrante da Comissão Pastoral da Terra - Regional NE2 (CPT NE2), do Observatório Fundiário Fluminense (OBFF/UFF) e do grupo de pesquisa (CNPQ/UFPB) "Direitos Humanos, decolonialidades e movimentos". Advogado popular – E-mail: joao_venancio@id.uff.br – Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4445-9521>.

³ Professor Adjunto do Departamento de Ciências Jurídicas – Unidade Acadêmica de Santa Rita da UFPB. Doutor pelo PPGSD/UFF. Professor do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH-UFPB). Coordenador do OBUNTU – Observatório Interdisciplinar e Assessoria em Conflitos Territoriais. Líder do Grupo de Pesquisa (CNPQ/UFPB) "Direitos Humanos, decolonialidades e movimentos". Membro do OBFF/UFF. Advogado Popular – E-mail: hugo.belarmino@academico.ufpb.br – Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2733-5412>.

violências sofridas pela comunidade. Com os resultados obtidos, busca-se pôr em evidência a necessidade de consideração das subjetividades afetadas como elementos factuais para se evidenciar um processo de violação de direitos.

Palavras-chave: Sociogenia. Luta pela terra. Pernambuco.

Abstract: This article intends to make considerations about the sociogeny of rural workers inserted in a context of violence and right violations in rural communities in Jaqueira, Pernambuco. Located in the state's Zona da Mata Sul, it is a region historically marked by contradictions between the sugar plantation and indigenous people, maroons, rural workers and family farmers. The main object of the analysis is a video report produced by the Leia Já portal, entitled "Marked to die: the drama of family farmers sworn to death, in Jaqueira (PE)". In it, Ernande, Adriano and Branco, residents of the community of Fervedouro, describe in detail the violence committed by representatives of an economic group, which seeks to appropriate the territory and evict the families. Starting from the fanonian concept of sociogeny (Fanon, 2020b) as a paradigm that brings into play the influence of the concrete historical context in subject's formation, intend to analyse the workers' narrative and identify, in their reports, symptoms of individual and collective changes that have been taking place since the emergence of the land conflict and the violence suffered by the community. With the results obtained, we seek to highlight the need to consider the affected subjectivities as factual elements to demonstrate a process of violation of rights.

Keywords: Sociogeny. Struggle for land. Pernambuco.

Introdução

Se olhássemos com mais cuidado para a história do Brasil, poderíamos nos perguntar o que representou em termos subjetivos para as diversas populações indígenas aqui existentes verem, geração após geração, o genocídio quase completo – embora nunca assumido como tal – de sua população, cultura, divindades e epistemologias. O que significou para as populações africanas, e posteriormente amefricanas (Gonzales, 1988) o sequestro em suas terras maternas, a violenta e incerta travessia transatlântica e, sobretudo, a experiência transgeracional da desumanização quase absoluta sob a sociabilidade escravista (Faustino, 2019, p. 88).

Entre mortos, torturados e desterritorializados, o que fica depois dos números? Contados os corpos e levantados os dados, há uma zona cinzenta do que não é mensurado nos relatórios: o choro, o medo, a dor e a revolta de quem ficou. Passada a tormenta, permanecem os atravessamentos na subjetividade de quem sobrevive a um processo de profunda violação de direitos.

Na citação que abre esta seção, o professor Deivison Faustino estabelece uma provocação incontornável para quem se propõe ao estudo rigoroso das múltiplas dimensões da formação histórica e social do que conhecemos como Brasil. Faustino nos provoca a refletir

ENSAIO SOBRE A SOCIOGENIA DOS “CABRAS MARCADOS PARA MORRER

sobre as implicações subjetivas que decorrem da opressão sistemática dos povos originários deste território e das populações de diversas regiões do continente africano que foram forçosamente retiradas de seus territórios e trazidas para o Brasil na condição de mercadoria.

A necessidade de mais reflexões sobre tal questão no conjunto da produção teórica das ciências humanas no Brasil é, em si, um problema sobre o qual se debruça o próprio Faustino (2019), especialmente em relação à produção teórica sobre saúde mental. Não obstante, o intuito deste artigo é seguir a mesma linha da provocação lançada pelo professor. Em particular, propomos uma reflexão que se centra no cotidiano de trabalhadores rurais da Zona da Mata Sul de Pernambuco, região historicamente marcada pela contradição entre a burguesia açucareira e condenados (Fanon, 2022), em sua imensa maioria, negros e indígenas.

Parafraseando Faustino, se olharmos com mais atenção para a história da Mata Sul de Pernambuco e, em grande medida, para a história de todas as regiões canavieiras, poderíamos nos perguntar o que representou em termos subjetivos para todos os trabalhadores responsáveis pela produção do valor no segmento sucroalcooleiro, o conjunto das violências, opressões e violações de direito às quais estão submetidos há gerações. É importante frisar, nesse ponto, que tal processo só pode ser compreendido na medida em que, seguindo o ensinamento de Fanon em relação à compreensão do “problema colonial”, sejamos capazes de estender o marxismo (Fanon, 2022, p. 36). Sem ir além dos limites estreitos de certa tradição ocidental (Losurdo, 2018) que pensa a contradição capital-trabalho unicamente a partir da experiência da formação da classe trabalhadora dos países centrais do capitalismo, não seremos capazes de entender as determinações particulares de processos históricos de países da periferia do capitalismo, tal como o Brasil.

Do ponto de vista do percurso metodológico, a investigação aqui proposta tem como objeto principal uma videoreportagem concedida ao portal Leia Já por 3 agricultores da comunidade rural de Fervedouro, localizada no município de Jaqueira, na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Também dialogamos com outras fontes que tratam das violências promovidas contra as famílias de Fervedouro: notícias publicadas em portais jornalísticos e denúncias transmitidas pela Comissão Pastoral da Terra, organização que acompanha a comunidade.

Nas entrevistas concedidas ao portal Leia Já, Adriano, Branco e Ernande narram parte das suas experiências, enfocando as violações de direitos que sofreram, dentre ameaças, agressões, destruição de lavouras, tentativas de homicídio, pulverização de veneno e

ENSAIO SOBRE A SOCIOGENIA DOS “CABRAS MARCADOS PARA MORRER

criminalização. Na medida em que relatam todo o ocorrido, denunciam mudanças em si e na dinâmica comunitária, que decorrem de todo esse contexto de violência.

Nesse sentido, partindo do conceito de *sociogenia* como forma de compreensão das subjetividades em relação com seus contextos históricos, é possível articular possíveis relações entre as violações sofridas e as mudanças subjetivas vivenciadas. Com isso, o que se busca é reivindicar que as afetações subjetivas decorrentes de processos de violação sistemática de direitos humanos, possam ser reconhecidas como elementos factuais tão importantes para o entendimento e reconhecimento do processo em sua totalidade, quanto outros dados passíveis de aferição objetiva.

A fim de cumprir com os objetivos propostos, estrutura o artigo em três eixos fundamentais. Inicialmente, pretendo apresentar uma síntese histórica da Zona da Mata Sul, região na qual está localizada a comunidade de Fervedouro. Em seguida, tratarei da categoria de *sociogenia*, buscando demonstrar a sua atualidade como premissa para o entendimento da formação subjetiva. Ao fim, apresentarei alguns dos relatos das violências sofridas, buscando articulá-los com as mudanças percebidas pelos próprios moradores, bem como com algumas afetações e ressonâncias que foram expressas nas falas.

Nos parece importante pontuar que esse artigo também é atravessado por experiências que um dos autores teve junto à comunidade de Fervedouro na condição de advogado popular, muito embora o objeto fundamental do trabalho seja a videorreportagem concedida ao portal Leia Já, como já apresentado. Todos os trechos que façam referência a experiências pessoais e profissionais vividas nesses territórios serão destacados.

1 Pisando nesse chão: de que é feita a história da mata sul de Pernambuco

A região hoje compreendida enquanto Zona da Mata Sul do estado de Pernambuco se configurou historicamente como um dos territórios mais importantes para o projeto colonialista da metrópole. Nela, estavam reunidas as condições fundamentais⁴ para a instalação da *plantation* açucareira, base do empreendimento colonial em seus primeiros séculos e aqui pensada como “um complexo espaço de liberdade contingente, onde o secular domínio

⁴ Gilberto Freyre (2004) cita desde fatores objetivos como a qualidade do solo de massapê, as condições atmosféricas, a proximidade do continente Europeu e do continente Africano, até justificativas como “a qualidade do colonizador europeu”, as quais, destituídas de qualquer lastro histórico e servindo à apologia da colonização, devem ser combatidas com o rigor científico que falta à Freyre em seu compromisso ideológico com a burguesia.

territorial dos engenhos arquitetou uma sociedade violenta e desigual” (Ferreira Filho, 2016, p. 19).

A execução desse processo se deu, de início, pela ofensiva contra os povos originários e desestruturação de suas formas sociais⁵, acompanhada pela instalação de unidades econômicas essencialmente voltadas à exportação em larga escala: os engenhos. Espécie de embrião agroindustrial, na medida que eram compostos, simultaneamente, pelas extensas lavouras de monocultura da cana-de-açúcar - implicando a massiva destruição do bioma nativo (Freyre, 2004) -, e pelas moendas nas quais era beneficiada a matéria-prima, os engenhos conformavam uma articulação peculiar entre a propriedade fundiária e dos meios de produção, ambas na esfera do domínio do senhor de engenho.

A produção açucareira em larga escala e voltada à exportação exigia a exploração massiva da força de trabalho, garantindo, simultaneamente, os vultosos custos necessários à instalação do empreendimento colonial (Moura, 2014, p. 68; Sodré, 1990, p. 33) e uma margem de lucro que atendesse à burguesia mercantil e à metrópole. É com base nisso que a escravidão se impõe como única relação de trabalho capaz de atender tamanha demanda. Daí, Sodré lança a amarração de que: “[...] a exploração colonial e o trabalho escravo são sinônimos, são peças inseparáveis do mesmo processo” (Sodré, 1990, p. 70).

O que se constituiu foi uma estrutura social escravista, baseada na concentração de vastas extensões territoriais destinadas à produção em larga escala de açúcar para o mercado externo. Tudo isso amalgamado por distintas formas de coerção extraeconômica (Moura, 2014). Estas, utilizadas tanto para espoliar os territórios das populações nativas e, até certo momento, escravizá-las, quanto para reprimir e controlar a rebeldia das populações negras que conformaram a força de trabalho fundamental da plantation açucareira e de toda a economia colonial no Brasil, afinal, “essa economia, que passa pela produção açucareira, pela mineração, produtos tropicais e termina na fase do café, é feita pelo negro” (Moura, 1992, p. 12).

Nesse aspecto, é importante frisar que diferentemente do trabalhador livre assalariado, que vende a sua força de trabalho, o escravo “circulava como mercadoria, idêntica àquela a qual ele próprio produzia” (Moura, 2014, p. 49). Ora, na medida em que se impôs ao escravo a condição de ser coisa e de existir como instrumento à disposição do seu senhor, tal estado de

⁵ Tratando da situação colonial, Fanon (1980, p. 37-38) já defendia que a primeira necessidade era a escravização da população autóctone, que exigia, por sua vez, a destruição dos seus sistemas de referência, vez que: “Desmoronadas, as linhas de força já não ordenam. Frente a elas, um novo conjunto, imposto, não proposto, mas afirmado, com todo o seu peso de canhões e sabres”.

desumanização não poderia ser mantido sem o estabelecimento de uma rotina de punição e vigilância. Perdigão Malheiro, jurista brasileiro que viveu durante o século XIX e elaborou um importante tratado em três volumes sobre a questão da escravidão dizia que:

O escravo era apenas um instrumento de trabalho, uma machina; [...] Erão reduzidos à condição de cousa, como os irracionaes, aos quaes erão equiparados, salvas certas excepções. Erão até denominados, mesmo officialmente, peças, folegos vivos, que se mandavão marcar com ferro quente, ou por castigo, ou ainda por signal como o gado. [...] Dahi essa luta eterna entre o escravo e o senhor, e consequentemente com a sociedade; dahi a necessidade de medida excepçionaes para resguardarem e protegerem os senhores contra os escravos, para defenderem a sociedade e tambem contra os senhores em protecção dos escravos (Malheiro, 1867, p. 15).

Finda que o empreendimento colonial, que se origina na violência, não pode abrir mão dela em seu funcionamento regular. Constituiu-se uma sociedade na qual “o senhor de engenho detinha poder de vida e morte sobre os escravos, empregados e moradores” (Andrade, 2001, p. 16). Da mesma forma, a situação colonial que se estrutura pela violência, carrega em si a sua própria negação dialética. O escravismo foi cotidianamente combatido, negado e desgastado, tanto pelos povos indígenas (Dantas, 2014; Silva, 2022), quanto pelos negros. Nos dizeres de Clóvis Moura (1993, p. 13): “À medida que o escravismo aparecia e se espalhava nacionalmente, a sua negação também surgia como sintoma da antinomia básica desse tipo de sociedade”.

Para este autor, essa negação resta simbolizada na categoria da quilombagem: “um processo radical permanente de desgaste do sistema que se articula durante todo o percurso histórico da escravidão no Brasil com a sua dinâmica radical permanente” (Moura, 2001, p. 108). Longe da harmonia, o que estruturou a formação social brasileira foi o conflito. E a centralidade que a Zona da Mata pernambucana assumiu, a partir da economia açucareira, enquanto locus fundamental do empreendimento colonial, implicou, dialeticamente, que em torno de seus canais tenha se organizado a primeira grande concentração de escravos em quilombos (Carneiro, 1958, p. 15).

Os diversos quilombos que compunham a República ou Confederação de Palmares, símbolo máximo da luta quilombola, se estendiam territorialmente das vizinhanças do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, até o norte do curso inferior do São Francisco, em Alagoas (Carneiro, 1958, p. 46), região na qual se situa o município de Jaqueira e toda a Zona da Mata Sul de Pernambuco. Não é absurdo propor, desse modo, que parte dos trabalhadores que compõem a comunidade de Fervedouro, sejam descendentes de palmarinos.

ENSAIO SOBRE A SOCIOGENIA DOS “CABRAS MARCADOS PARA MORRER

Esta região é também marcada por outras revoltas populares que atravessaram o período colonial, como a Guerra dos Cabanos (Andrade, 1965), com ampla adesão de indígenas, especialmente das aldeias de Barreiros e Jacuípe (Dantas, 2014), e negros, escravos fugidos, quilombolas ou libertos. Todo esse histórico de conflitos explica, ainda, a criação da Colônia Militar de Pimenteiras na região em 1857, com o objetivo declarado de limpar a área dos forasteiros da lei (Maia, 2009, p. 12).

Por óbvio, as maiores “violadoras da lei” e, por conseguinte, o alvo das colônias militares, seriam também indígenas e negros que, na sua resistência cotidiana ao escravismo, negavam a relação jurídica que era a pedra angular da formação social brasileira: a escravidão. Não há, portanto, como entender a história das zonas canavieiras e, por extensão, do Brasil, ignorando esta contradição fundamental: a luta entre senhores e escravos.

A produção açucareira baseou-se em métodos artesanais ao longo dos primeiros 3 séculos de colonização e foi somente no início do século XIX que surgem os primeiros engenhos movidos a vapor em Pernambuco (Andrade, 2001). Todo esse atraso tecnológico também poderia ser observado na dimensão agrícola, baseada no cultivo extensivo (Campos, 2001), que colocava a produção açucareira pernambucana em uma posição difícil perante a concorrência internacional, em franco processo de modernização e alcançando maiores produtividades (Andrade, 2001, p. 23; Wanderley, 1979, p. 34).

Outro elemento importante que ameaçava a rentabilidade do empreendimento açucareiro no Brasil no período era a iminente abolição do trabalho escravo, o que significava a perda simultâneo da força de trabalho dos engenhos e do principal capital empregado pelos senhores de engenho (Campos, 2001, p. 24). Acaso mantido um preço acessível dos escravos e sua importação assegurada com regularidade, não interessaria àqueles promover mudanças tecnológicas (Wanderley, 1979, p. 36).

No entanto, com a mudança de conjuntura, urgia buscar alternativas que recolocassem o açúcar brasileiro em condições de competir no mercado internacional, dando início à *modernização sem mudanças* (Eisenberg, 1977) que deu as bases para a emergência de uma agroindústria açucareira. A principal síntese desse processo intrincado foi a criação das usinas, complexos implantados por grandes senhores de engenho com o apoio financeiro do estado e que mantinham a dinâmica de concentração da atividade industrial e agrícola, bem como, a princípio, de exploração da força de trabalho escrava (Andrade, 2001, p. 25).

ENSAIO SOBRE A SOCIOGENIA DOS “CABRAS MARCADOS PARA MORRER

Tratando do contexto geral em que se inseria essa transição na economia açucareira, especialmente diante da proibição do tráfico de escravos com a Lei Eusébio de Queiroz em 1850, Manuel Correia de Andrade (1985, p. 27) defende que a burguesia açucareira não tinha recursos para importar escravos de outras províncias ou financiar a imigração de europeus para a região, a exemplo do que era feito na região cafeeira. Logo, com a proibição definitiva da escravidão no Brasil, a grande questão para a classe proprietária dizia respeito “à elaboração de novas normas para fixar a mão-de-obra” (Dabat, 2003, p. 88).

A mediação adotada foi, portanto, a mobilização da população pobre e livre que já vivia na área, os *moradores de condição* (Dabat, 2003), categoria que precedia a própria abolição da escravatura, mas que teve a sua difusão potencializada após esta como uma reserva de mão de obra que poderia ser utilizada pela agroindústria açucareira (Andrade, 2005, p. 95). Já no século XX, a figura dos moradores consolidou-se na Zona da Mata pernambucana e diversificaram-se os regimes de trabalho, entrando em cena a meação, a condição e o cambão⁶.

A virada do século XIX para o século XX marcou o aprofundamento da concentração da terra, dos meios de produção e, como consequência direta, de poder político⁷ por parte dos usineiros, parte orgânica das tradicionais oligarquias da cana do período colonial. Restavam preservados os alicerces da dominação das classes dirigentes, alimentada e legitimada pela ideologia do racismo (Moura, 2014, p. 151-152). É nesse sentido que mesmo após a abolição da escravidão, o liberto “continuava sendo encarado pela classe dominante como se fosse um escravo e ele próprio se sentia marcado por sua condição anterior.” (Andrade, 1985, p. 10-11).

Do surgimento das Usinas em Pernambuco à decadência do fim do século XX, a economia açucareira passou por pequenos momentos de euforia e grandes ciclos de recessão econômica (Andrade, 2001). O que importa para este artigo é a percepção de que ao longo de todo o século XX, a despeito de diversas modificações, as bases estruturais da formação social da Mata Sul mantiveram-se incólumes, notadamente a concentração fundiária e dos meios de produção, bem como a coerção extraeconômica destinada aos trabalhadores rurais. Isso sem citar a situação de fome endêmica imposta aos mesmos (Castro, 1984, p. 106-164; Linhart,

⁶ Na meação, os lavradores recebiam áreas com a finalidade de cultivar a cana tendo direito à metade da produção; na condição, o trabalhador sem-terra recebia uma pequena área para desenvolver lavoura de subsistência e comprometia-se a trabalhar uma quantidade de dias semanalmente para o proprietário, recebendo um pequeno salário; e no cambão, o trabalhador sem-terra recebia uma parcela de dois ou três hectares para cultivar pagando o ‘foro’, renda da terra, em dias semanais de trabalho gratuito à fazenda (Andrade, 1985).

⁷ Sobre isso, Wanderley (1979) esmiuça essa constatação através de uma análise da origem social dos governadores de Pernambuco.

1981). Trata-se do que Ferreira Filho (2015) vai chamar da indústria dos corpos exauridos, instituída pela plantation açucareira, que pode muito bem ser lida como expressão da *superexploração da força de trabalho* (Marini, 2017), comum aos países de formação colonial que ingressaram na ordem capitalista mundial em uma condição dependente.

No entanto, assim como seus antepassados, a população que compunha a força de trabalho dinamizadora deste estágio da formação histórica da região nunca esteve passiva. Seja na articulação das ligas camponesas ou dos sindicatos rurais; na construção das greves e mobilizações deflagradas entre a década de 1960 (Abreu e Lima, 2003) e 1980 (Bezerra, 2015) ou mesmo nas lutas cotidianas dentro das próprias unidades produtivas, a luta no campo foi uma constante (Abreu e Lima, 2015). Opressão e *r-existência*⁸ caminham juntas e em contradição, como verdadeiras unidades dialéticas.

Com a consolidação da decadência do setor sucroalcooleiro em Pernambuco, parte significativa das usinas interrompem suas atividades, são extintos os postos de trabalho e a terra fica “livre”. No aparente vazio, trabalhadores e suas famílias seguem ocupando aquelas terras, na qual parte significativa nasceu e cresceu, realidade que é comum a boa parte dos engenhos que compunham o patrimônio da Usina Frei Caneca.

Este cenário perdurou entre meados de 2000 – período no qual a Usina encerrou suas atividades, até meados de 2017, quando um novo grupo econômico com interesse no imóvel passou a contestar a posse e fomentar um conflito na área, especialmente através da empresa Negócio Imobiliária, posteriormente denominada Agropecuária Mata Sul. É a partir desse momento que a comunidade volta a ter seus direitos sistematicamente violados.

2 Sociogenia como articulação dialética entre indivíduo e contexto

O termo *sociogenia* aparece pela primeira e única vez na obra de Frantz Fanon no texto “Ensaio sobre a desalienação do negro”, escrito, a princípio, com o objetivo de ser o trabalho de conclusão do curso de medicina do autor⁹ e posteriormente publicado sob o título “Pele negra, máscaras brancas”. O intelectual, psiquiatra e revolucionário martinicano mobiliza esse

⁸ Expressão cunhada pelo geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2001) para evidenciar que a luta dos povos contra a opressão não é uma mera resposta, pois aponta, a partir da negação da sociabilidade que está instituída, para outras formas de vida e organização social.

⁹ Ao tomar contato com o trabalho, o orientador de Fanon o aconselhou a não o apresentar, vez que o formato literário e o objeto do trabalho não respeitavam as convenções acadêmicas de sua Universidade (Faustino, 2018, p. 52).

termo em face da insuficiência das dimensões filogenética e ontogenética na psicologia como caminho para entendimento do indivíduo e, em particular, para dar conta do fenômeno da alienação do negro. Nesse sentido, diz que:

Em reação à tendência constitucionalista do final do século XIX, Freud, por meio da psicanálise, exigiu que se levasse em conta o fator individual. Ele substituiu a tese filogenética pela perspectiva ontogenética. Veremos que a alienação do negro não é só uma questão individual. Ao lado da filogenia e da ontogenia, há a sociogenia. De certo modo, para responder à exigência de Leconte e Damey, digamos que o que pretendemos aqui é estabelecer um sociodiagnóstico (Fanon, 2020b, p. 25).

Para Fanon, estabelecer um sociodiagnóstico, isto é, compreender, na clínica, o paciente dentro do contexto histórico no qual está inserido, é condição para a própria efetivação do processo terapêutico. Importa perceber que apesar de não retomar mais o termo sociogenia posteriormente, a perspectiva teórica que foi lançada naquele momento atravessa toda a trajetória intelectual, militante e clínica de Fanon (Faustino, 2018, p. 15).

É nesse sentido, por exemplo, que refletindo junto ao seu colega Jacques Azoulay sobre uma de suas experiências no Hospital Psiquiátrico de Blida-Joinville, na Argélia, imersa na guerra de libertação nacional contra a metrópole francesa, Fanon reconhece na prática os limites de uma clínica dissociada da *sociogenia*. O hospital estava dividido em 2 alas: “de um lado, 165 mulheres europeias e, de outro, 220 homens muçulmanos” (Fanon, 2020a, p. 136) e a intervenção clínica desenvolvida a princípio teve como parâmetro uma organização socioterápica que Fanon presenciou no Hospital Psiquiátrico Saint-Alban, no qual fez residência médica quando ainda residia na França (Faustino, 2018, p.63). Com o tempo, Fanon e Azoulay percebem o sucesso do atendimento às mulheres europeias, inclusive com o aumento do ritmo das altas, em paralelo aos sucessivos fracassos na ala dos homens muçulmanos, submetidos ao mesmo método. Escavando as razões que levaram a esse resultado, ambos concluem que:

Havíamos ingenuamente concebido nossa divisão como um todo e tentado adaptar a uma sociedade muçulmana os enquadramentos de uma sociedade ocidental de marcada evolução tecnológica. Tentamos criar instituições e esquecemos que qualquer iniciativa desse tipo tem de ser precedida de uma investigação tenaz, concreta e real das bases orgânicas da sociedade autóctone (Fanon, 2020a, p. 144).

Em síntese, a sociogenia convida-nos a olhar para as subjetividades “sempre em relação com os seus determinantes históricos e sociais” (Faustino, 2018, p. 15). Não se trata de negar a dimensão biológica e a agência de cada pessoa, mas de compreender que o sofrimento

ENSAIO SOBRE A SOCIOGENIA DOS “CABRAS MARCADOS PARA MORRER

psíquico, as afetações e os comportamentos dos indivíduos, não serão inteligíveis fora da realidade concreta na qual estão inseridos. Da mesma forma que não será efetiva uma prática clínica que desconsidere as determinações históricas e sociais que atravessam os indivíduos.

O que proponho aqui não é novo: mobilizar a sociogenia como premissa analítica no contexto brasileiro. A formação histórica do que conhecemos como Brasil tem como um dos seus fios condutores a sucessão do que Fátima Lima chamou de eventos traumáticos (Lima, 2020). Longe da esporadicidade que o termo pode traduzir, o trauma, aqui, é a marca da subjetivação de pessoas não brancas, submetidas a uma dinâmica de “desumanização, subalternização, inferiorização, objetificação e coisificação dos modos de vidas e subjetividades [...]” (Lima, 2020, p. 89).

Dialogando com essa perspectiva, Deivison Faustino entende que, para Fanon, a racialização do mundo contemporâneo implica na impossibilidade, para os povos racializados, de viver plenamente os conflitos existenciais que nos fazem humanos (Faustino, 2020, p. 13). O que se caracteriza, portanto, em um país como o Brasil, profundamente atravessado por conflitos sociais que se cruzam com conflitos raciais¹⁰, é, nos termos de Lélia Gonzalez, uma neurose cultural que tem no racismo sua sintomática (Gonzales, 1984, p. 224).

Diante desse contexto, ignorar a sociogenia resulta no apagamento de todas as implicações subjetivas do ser branco e do ser negro, indígena e demais etnias historicamente oprimidas no Brasil. Trata-se de um equívoco insanável, pois produz uma análise encerrada no indivíduo, incapaz de entender que os processos de subjetivação de pessoas brancas e não brancas no Brasil são estruturalmente distintos e que as razões dessa distinção se encontram no nosso próprio processo histórico.

Para demonstrar esse ponto, trazemos um caso concreto: a história dos municípios de Itacuruba, na região pernambucana conhecida como Sertão de Itaparica. Falo no plural propositadamente, pois existiu uma velha Itacuruba, inundada quando da construção da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga em 1988, e uma nova Itacuruba, construída como um dos polos de reassentamento das famílias e comunidades tradicionais atingidas pela desterritorialização (Silva, 2019, p. 22).

¹⁰ Aqui, cabe mais uma articulação entre o pensamento de Fanon e a realidade brasileira, retomando o trecho, já citado, no qual ele dizia que “Nas colônias, a infraestrutura econômica é igualmente uma superestrutura. A causa é consequência: a pessoa é rica porque é branca, é branca porque é rica” (Fanon, 2022, p. 36).

A inundação tomou quase 30% do antigo município e quase todas as terras agricultáveis, modificando radicalmente a realidade de uma população que vivia da agricultura nos solos férteis das ilhas que foram inundadas. Além disso, muitas famílias foram separadas nesse deslocamento compulsório violento (PNCS, 2019).

O resultado desse processo, que não se explica somente por esses fatos, mas também por eles, pode ser visualizado em dados estatísticos alarmantes. Em pesquisas realizadas pelo Cremepe (Torres, 2011; Paes, 2007) foi constatado que a “Nova Itacuruba” era, à época dos estudos, a cidade com maior índice de suicídios do Brasil, tendo 63% da sua população com problemas de sofrimento mental e 10% dependendo mensalmente do uso de psicotrópicos.

Não queremos reforçar o estigma de Itacuruba como “terra dos deprimidos”, o que seria inclusive incoerente em face do histórico de luta, etnização e mobilização da sua população (Silva, 2019). No entanto, o que se pretende é demonstrar a impossibilidade de compreender a subjetividade dos nascidos em Itacuruba, seja na velha ou na nova, fora do processo histórico no qual se inserem. E essa lógica tanto se aplica ao povo de Itacuruba, quanto às tantas outras histórias de violência contra trabalhadores e povos tradicionais espalhadas por todo o território brasileiro.

Proponho que possamos pensar a sociogenia, portanto, como uma articulação dialética entre indivíduo e contexto. A atualidade dessa categoria, acaso ainda não demonstrada, será colocada à prova na análise das falas dos trabalhadores rurais marcados para morrer.

3 O que nos dizem os *marcados para morrer*?

A primeira situação de violência promovida pelo grupo econômico e narrada pelos agricultores na reportagem diz respeito à pulverização aérea de agrotóxico na comunidade. Nos dias 07 e 08 de abril de 2020, um helicóptero, a serviço da empresa Agropecuária Mata Sul, sobrevoou e despejou agrotóxico nas lavouras dos agricultores das comunidades de Barro Branco, Fervedouro e Caixa D’água (Helicóptero, 2020). O primeiro a dar o seu relato sobre a situação foi Ernande:

Foi lá para cima na minha área lá, porque ela é assim. Ele sobrevoou aqueles vôo rasante, entendeu. O vento vem de lá para cá. Eu sentia gota né pegando na pele nossa aqui né. Questão de minutos e fiquei com falta de ar, falta de ar. O veneno é muito forte, aquele cheiro insuportável, entendeu. Foi quando a gente caiu lá para cima, o piloto, diz ele que o piloto ficou amedrontado com tanta gente e vazou (Leia Já, 2020).

ENSAIO SOBRE A SOCIOGENIA DOS “CABRAS MARCADOS PARA MORRER

Fazendo referência a mesma situação, Adriano deu também o seu relato:

De gente que foi parar no hospital, lavoura no quintal do pessoal tudo murchando. Foi muito pesado deles ter feito isso com a gente. Se a gente não corre logo para impedir, ele tinha acabado com toda nossa lavoura. Que a gente pesquisou né, aí encontramos que tinha o Todó (Torden) e tem o 24D que é o que acaba com toda lavoura, bananeira, todo o mato que tem folha larga, esses 24D acaba com tudo. O Tódio (Tordon), todas as árvores que pegar no olho dele, acaba pelo tronco (Leia Já, 2020).

Além dos danos às lavouras das famílias, ao menos 13 moradores, incluindo crianças, apresentaram sintomas típicos de intoxicação, como desconfortos respiratórios, dores de cabeça, irritação na pele e nos olhos (Bieber, 2022), decorrentes da pulverização que se deu durante um dos períodos mais agudos da pandemia da Covid-19 no Brasil. Tal impacto decorre da altíssima toxicidade das substâncias utilizadas, Tordon e 2,4-D. As comunidades de Barro Branco, Fervedouro e Várzea Velha, voltaram a ser vítimas da pulverização de veneno por parte da Agropecuária Mata Sul em 2022, através do uso de drones (Bieber, 2022).

A segunda situação de violência relatada na videorreportagem foi a prisão de José Severino Elias da Silva, conhecido na comunidade como Branco. Em 16/06/2020, viaturas policiais com seis delegados ligados à 13ª Delegacia Seccional, 30 policiais civis e 20 policiais militares percorreram doze endereços da comunidade de Fervedouro a fim de executar mandados de prisão temporária e de busca e apreensão (Sales, 2020b). Na ocasião, revistaram a casa de dez famílias, três agricultores e uma agricultora foram levados para prestar esclarecimentos e foram dadas ordens de prisão aos posseiros José Severino Elias da Silva (Branco) e Adson Michael da Silva (Prisões, 2020). Relatando sua experiência, Branco disse o que segue:

Infelizmente eu ia descendo daqui do trabalho, chego em casa tá 2 policial. Perguntei o que era que tava acontecendo. Eles: ‘cê tá preso’. Eu fui perguntei por que. Ele disse: ‘não o delegado vem aí quando chegar vai lhe dizer’. Aí o delegado tinha ido prender o colega Josenildo, já foi algemou né, tirou minha bolsa e me algemou. Aí eu fiquei lá, algemado lá, uma vergonha né, na frente da minha esposa e do meu neto tá um homem algemado lá, um pai de família. É triste pra mim (Leia Já, 2020).

O fundamento da operação seria um suposto envolvimento de agricultores da comunidade com o tráfico de drogas, denunciado por funcionários da empresa Agropecuária Mata Sul S/A, mas nenhuma droga foi encontrada e o único objeto apreendido foi uma espingarda de caça antiga (Leia Já, 2020). Em contato com a assessoria jurídica e política da CPT, Branco disse que entrou na prisão “encolhido” e, após chegar em casa, desabafou:

ENSAIO SOBRE A SOCIOGENIA DOS “CABRAS MARCADOS PARA MORRER

Eu estou muito magoado. Acordo de madrugada e fico pensando nisso. Estou me sentindo muito injustiçado. Fui preso. Ainda reviraram a minha casa e perguntaram para minha filha de 15 anos onde estavam as drogas. Eu fui criado sem pai, ele morreu quando tinha quatro anos. Minha mãe me criou só e me deu muita educação, a mesma coisa faço com meus filhos. Não sou bandido, mas agora onde eu chegar, vão dizer que eu uso droga. É triste. Estou revoltado (Leia Já, 2020).

As implicações do processo de criminalização são evidentes nos depoimentos de Branco. Os sentimentos de vergonha e humilhação também estão presentes nos relatos dos demais moradores que tiveram suas casas e vidas reviradas pela megaoperação policial. Da mesma forma, há a revolta e a demanda por justiça em face da alegação da existência de tráfico de drogas na comunidade. Em outro depoimento, Valdenice, agente comunitária de saúde e moradora da comunidade de Fervedouro desde que nasceu, revela as repercussões, após ser conduzida ao 10º Batalhão de Polícia Militar (BPM) de Palmares:

Quando eu fui olhar o mandado, tinha dizendo que na comunidade existia uma quadrilha e que eles [Polícia] estavam procurando drogas. Isso me deu uma revolta muito grande, por eu ser uma moradora nascida e criada, por todos saberem quem eu sou, por eu ter sofrido essa injustiça. Estou muito revoltada com essa situação, principalmente pelo trauma que minha filha de cinco anos está. Hoje, quando vê um carro da polícia, ela corre com medo achando que vão levar alguém (Leia Já, 2020).

Também tratando da situação, Ernande reforça, em seu relato, que a comunidade não aceita a alegação de tráfico de drogas, frisando que: “Aqui tem trabalhador, não tem bandido” (Leia Já, 2020). A reiterada afirmação da condição de trabalhadores dos moradores emerge, em muitos relatos, como mediação acionada em contraposição à tentativa de imputação de condutas criminosas a eles. Importa pensar como a categorização antagônica de “bandidos” e “trabalhadores”, expressa nesse caso, está também presente no cotidiano da classe trabalhadora brasileira (Feltran, 2007). A afirmação da identidade trabalhadora, nesse campo, representa não só uma estratégia de escape dos processos históricos de criminalização (Flauzina, 2006), mas uma reivindicação dos direitos aos quais fariam jus em face dessa condição.

O terceiro e último relato de violência que consta na videorreportagem foi a tentativa de atropelamento de moradores da comunidade de Fervedouro por parte de Guilherme Maranhão (Leia Já, 2020), empresário que se apresentava na área como proprietário da Agropecuária Mata Sul. Relembrando a situação, ocorrida no dia 23/04/2020, Ernande fala o seguinte:

ENSAIO SOBRE A SOCIOGENIA DOS “CABRAS MARCADOS PARA MORRER

A pessoa de Alison, a pessoa de Alison tava aqui no engenho circulando com uma SW4 de cor preta de propriedade do Sr. Guilherme, que esse dito veículo foi que ele tentou nos matar, entendeu. Ele, tava ele e outra pessoa dentro do carro, bem aqui ó, bem próximo aqui. Quando ele me viu, ele ia em um destino, quando me viu manobrou rapidamente, entendeu, eu até pulei para o outro lado do muro do rapaz e fiquei esperando só ele parar, entendeu. Ele passou bem devagarinho olhando para mim, balançando a cabeça como dizendo ‘tu é o próximo’. Quando foi à tarde aconteceu esse episódio. É pura coincidência né? [...] Tava em torno de 15 agricultores, lá próximo aqui a comunidade, na beira da pista, inclusive duas crianças de menores. Ele avançou do nada para cima de nós com o carro, entendeu, a gente tirou o corpo para ele passar, mas ele avançou e retornou dando ré, entendeu. Eu pulei, ele bateu com não sei se o retrovisor no meu braço, eu passei uma semana com o braço dolorido, aí depois avançou de novo e foi embora. Aqui tinha para mais de 50 policiais nesse dia, aqui em cima, fora a segurança dele, a BBC, aqui tinha em torno de vinte segurança dele, da BBC, em torno de vinte, com os cachorros e Drone né (Leia Já, 2020).

Pouco tempo depois da divulgação da videoreportagem do Portal Leia Já, em 21/08/2020, Ernande foi preso (Parente, 2020a). Na ocasião, ele havia ido até a delegacia para prestar um boletim de ocorrência denunciando que um carro com vidro fumê havia circulado próximo à sua casa sem que o motorista se apresentasse, quando foi surpreendido com a ordem de prisão.

A prisão temporária foi determinada pelo Juiz Antônio Carlos do Santos, da comarca de Ribeirão/PE, após representação do então delegado da Polícia Civil de Ribeirão, Flávio Marcel Sorolla, para viabilizar “o melhor descortinamento dos fatos” (palavras do juízo), diante da suposta participação de Ernande em um atentado a tiros que Alison Manoel da Silva, funcionário da Agropecuária Mata Sul, alegou ter sido vítima. O único fundamento para a prisão foram áudios enviados por Ernande via whatsapp para Maurício, chefe da segurança da empresa. Nos áudios, gravados após a megaoperação do dia 16/06/2020, Ernande, revoltado com a prisão dos seus companheiros, diz que a comunidade não vai recuar e que o povo quer ver Alisson, visto que ele seria o responsável pela acusação da existência de tráfico de drogas na comunidade.

Analisando o inquérito policial, tombado sob o nº 02013.0071.00061/2020-1.3, é notório que o juiz descumpriu a lei ao determinar a prisão temporária antes de ouvir o Ministério Público¹¹, bem como ao não demonstrar de forma objetiva o real motivo da prisão temporária, medida excepcional que só se justifica, nos termos do art. 2º, caput da Lei nº 7.960/89, “em

¹¹ Art. 2º, §1º da Lei nº 7.960/89, o qual dispõe que no caso de representação da autoridade policial requerendo a prisão temporária, o juiz, antes de decidir, ouvirá o Ministério Público.

caso de extrema e comprovada necessidade”. Ainda assim, Ernande só foi liberto após mais de 30 dias (Dias, 2020).

Em 17/07/2020, pouco mais de um mês após a realização da megaoperação policial em Fervedouro, um agricultor e morador de Fervedouro sofreu uma emboscada na qual recebeu sete tiros, conseguindo fugir até a parte central da comunidade, onde foi socorrido. Entrevistada, a esposa do agricultor baleado pediu para não ter o nome divulgado e demonstrou estar com medo (Sales, 2020b). Sobrevivendo ao atentado, o trabalhador e sua família optaram por deixar a comunidade¹².

O agricultor baleado, assim como Ernande, Branco, Adriano e outros 6 moradores da comunidade de Fervedouro, estão em uma lista de marcados para morrer (Parente, 2020b) cuja autoria seria, conforme denúncia da comunidade, da empresa Agropecuária Mata Sul (Parente, 2020c). É importante frisar, nesse ponto, que os casos aqui citados são apenas parte do conjunto de violências promovidas pelo grupo econômico ao longo de todo o conflito. Em verdade, a comunidade de Fervedouro, assim como outras na região, vem passando por um processo sistemático de violências que envolvem não só ameaças e intimidações, como agressões, destruição de lavouras e tentativa de cerceamento das fontes de água.

Os impactos de tanta violência são notórios na dinâmica coletiva e individual dos moradores. Conforme relata Adriano:

Aqui, geralmente aqui a gente amanhecia o dia, a gente amanhecia o dia aqui conversando, ninguém dizia que o outro era feio. Hoje quando é 5 horas da tarde, 5 e meia, já tá todo mundo fechando suas portas, porque perdeu a privacidade e a tranquilidade aqui do nosso Engenho (Leia Já, 2020).

Em outro momento da entrevista, tratando do sobrevoo periódico de drones na área, Ernande diz que: “a gente perde a privacidade. Às vezes, o pessoal aqui, muita gente aqui não tem banheiro dentro da sua própria casa, o banheiro é fora. Já pensou você tá tomando banho fora o drone sobrevoando a sua cabeça” (Leia Já, 2020).

Os impactos atingem também a própria capacidade de organização e mobilização da comunidade, que se vê amedrontada. Adriano, que também está presidente da Associação Comunitária do Engenho Fervedouro, é quem relata a baixa adesão dos moradores às assembleias, justificada, na visão dele, pelo fato de que: “a noite a gente também fica com medo

¹² Essa foi uma informação obtida no trabalho junto à comunidade.

de sair e qualquer momento ser alvejado por qualquer um né, que a gente do jeito que tá o clima é só o que a gente espera” (Leia Já, 2020).

A iminência da morte adentra os pensamentos dos trabalhadores. Branco diz que “É d’eu tá em casa dormindo mais minha esposa e chegar ali eles arrombar a porta e matar.” (Leia Já, 2020), enquanto Ernande fala que está “sentindo um cheiro de sangue aqui [...] porque só quem sabe é quem vive na área de conflito”. Para ele, caberia aos governantes resolverem a situação, pois “do contrário vai morrer gente aqui [...]” (Leia Já, 2020).

Por outro lado, a situação extrema coloca em questão a imprescindibilidade da luta coletiva como única alternativa da comunidade na luta pelo direito a permanecer com dignidade na terra onde habitam e produzem há décadas. Para Branco:

Um Matuto que nem se diz a história né, nascido e criado no engenho, vai para rua fazer o quê? Como é com o nome sujo agora que nem tá, fica difícil para mim sair do engenho. Só tem que lutar né, eu peço a Deus todo dia para lutar, para me dar força para me animar os companheiros do Engenho para não ir se embora que se for se embora tudinho eu tenho que ir embora, senão eu vou ficar sozinho eu morro né. Mas se os companheiros ficar mais eu, a gente estamos firme e forte na luta de nós, se Deus quiser. Além de preso injustamente, agora tá na lista do homem lá né, para morrer né. (Leia Já, 2020).

Escutando os relatos, podemos reconstituir a história recente da comunidade de Fervedouro e visualizar violências e atravessamentos como parte incontornável da vida que pulsa nesses territórios. Refletir sobre a sociogenia desses moradores é, nessa toada, tensionar os limites entre o dado e o relato, alargando qualquer perspectiva estreita que relegue as implicações subjetivas como questões menos importantes dentro de um processo de violação sistemática de direitos humanos.

Considerações finais

A realidade, ao menos dessa vez, exige compreensão total. Uma solução deve ser apresentada tanto no nível objetivo como no subjetivo (Fanon, 2020b, p. 25).

Este artigo buscou reivindicar os atravessamentos e afetações em sujeitos e comunidades vitimadas por violações sistemáticas de direitos humanos, como elementos factuais indispensáveis à compreensão dos conflitos. A importância desse procedimento se justifica frente à dinâmica hegemônica de análise e reconstituição dos processos de violação,

que leva em conta dados estatísticos, ignorando tudo o que não é passível de ser traduzido em números (Lopes, 2005).

O objeto principal da análise foi a videorreportagem do portal Leia Já com 3 agricultores jurados de morte da comunidade de Fervedouro, sem prejuízo de outras fontes jornalísticas e testemunhais acerca do conflito. Longe de forçar um encaixe da realidade dessas comunidades em uma categoria estanque, o que se observou com os relatos foi a demonstração empírica da atualidade do conceito *fanoniano* de sociogenia, como premissa de compreensão dos indivíduos em relação com seus contextos históricos.

Inseridos em um território historicamente atravessado pela contradição entre poucos senhores e muitos condenados e imersos, após cerca de 2 décadas de posse mansa, justa e pacífica, em um novo cenário de franca violação de direitos, esses trabalhadores e suas famílias carregam em si e na dinâmica comunitária, as marcas das violências sofridas. Os relatos que denunciam os fatos ocorridos, também expressam sentimentos, pensamentos, traumas e mudanças individuais e coletivas, que decorrem do processo de violação.

Assim como Fanon, ao debruçar-se sobre a questão da desalienação do negro na passagem que abre essas considerações, entendo que o caminho para a resolução das contradições históricas da formação social da Zona da Mata Sul e de todo o Brasil, depende fundamentalmente da nossa capacidade de reconhecer suas dimensões subjetivas e objetivas e de construir soluções que alcancem os dois níveis. Nessa toada, os relatos orais de indivíduos que tiveram seus direitos humanos violados, enquanto mecanismo de tradução das experiências subjetivas frente aos processos objetivos de violação, abrem caminho para a construção desse enfrentamento radical nos dois planos.

Referências

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Revisitando o campo**: lutas, organização, contradições - Pernambuco 1962 – 1987. 2003. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. Trabalhadores rurais diante da violência. In: OLIVEIRA, Tiago Bernado (org). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste**: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande: EDUEPB, 2015, p. 309-327.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A guerra dos cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965.

ENSAIO SOBRE A SOCIOGENIA DOS “CABRAS MARCADOS PARA MORRER

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 7ª ed. São Paulo. Cortez Editora, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Escravidão e Trabalho “Livre” no Nordeste Açucareiro**. Recife: Editora ASA Pernambuco, 1985.

ANDRADE, Manuel Correia de. **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

BEZERRA, Marcela Heráclio. “Com muita vara é que se levanta uma casa e com muita lenha é que se levanta o fogo”: greves e conquistas trabalhistas da classe canavieira em Pernambuco durante os anos 1980. In: OLIVEIRA, Tiago Bernadon (org.). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste**: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande: EDUEPB, 2015, p. 329-358.

BIEBER, João Guilherme. Drones Jogam agrotóxicos sobre comunidades rurais e intoxicam moradores em Pernambuco. **Agência Pública/Repórter Brasil**, 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/11/drones-jogam-agrotoxicos-sobre-comunidades-rurais-e-intoxicam-moradores-em-pernambuco/#Den%C3%Bancia>. Acesso em: 25 maio. 2025.

CAMPOS, Zóia Vilar. **Doce amargo**: produtores de açúcar no processo de mudança, Pernambuco, 1874-1941. São Paulo, Annablume, 2001.

CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares**. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

CASTRO, Josué de. Área do Nordeste açucareiro. In: CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. p. 105-164.

COUTINHO, Eduardo. **Cabra marcado pra morrer**. (119 min) Rio de Janeiro: Mapa Filmes, 1984

DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. **Moradores de Engenho**: Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

DANTAS, Mariana Albuquerque. Trabalho, território e participação indígena na Guerra dos Cabanos e na Insurreição Praieira: apoios e disputas nas aldeias de Barreiros e Jacuípe (Pernambuco e Alagoas, 1832-1848). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 107-129, 2014.

DIAS, Helena. Agricultor é libertado e entidades apontam criminalização da luta pela terra na Mata Sul. **Marco Zero Conteúdo**, 2020. Disponível em: <https://marcozero.org/agricultor-e-libertado-e-entidades-apontam-criminalizacao-da-luta-pela-terra-na-mata-sul/>. Acesso em: 25 maio. 2023.

ENSAIO SOBRE A SOCIOGENIA DOS “CABRAS MARCADOS PARA MORRER

EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FAUSTINO, Deivison. **Frantz Fanon**: um revolucionário, particularmente negro. 1ª ed. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.

FAUSTINO, Deivison. Notas sobre a sociogenia, o racismo e o sofrimento psicossocial no pensamento de Frantz Fanon. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, v. 4, p. 10-21, 2020.

FAUSTINO, Deivison. O mal-estar colonial: racismo e o sofrimento psíquico no Brasil. **Clínica & Cultura**, v. 8, n. 2, p. 82-94, dez. 2019.

FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana**. 1ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FANON, Frantz. **Alienação e liberdade**: Escritos psiquiátricos. São Paulo: Ubu Editora, 2020a.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. 1ª ed. São Paulo: Ubu Editora, 2020b.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. **Temáticas** (UNICAMP), v. ano 15, p. 11-50, 2007.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no nordeste do Brasil** (Pernambuco, séc. XX). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. A indústria dos corpos exauridos na plantation açucareira no Nordeste do Brasil. In: OLIVEIRA, Tiago Bernadon (org.). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste**: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande: EDUEPB, 2015, p. 241-280.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7ª ed. São Paulo: Global, 2004.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

HELICÓPTERO lança veneno sobre comunidade rural em Pernambuco. **CPT NACIONAL**, 08 abr. 2020. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/5155-helicoptero-lanca-veneno-sobre-comunidade-rural-em-pernambuco>. Acesso em: 25 maio 2025.

ENSAIO SOBRE A SOCIOGENIA DOS “CABRAS MARCADOS PARA MORRER

LEIA JÁ. **Marcados para morrer**: o drama dos agricultores jurados de morte em Jaqueira (PE). Youtube, 20 ago. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QFk5cj3tUqI>. Acesso em: 25 maio 2025.

LIMA, Fátima. Trauma, colonialidade e a sociogenia em Frantz Fanon: os estudos da subjetividade na encruzilhada. **Arquivo brasileiro de psicologia**, Rio de Janeiro, v. 72, n. spe., p. 80-93, 2020.

LINHART, Robert. **O açúcar e a fome**: pesquisas nas regiões açucareiras do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981

LOPES, F. Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1595-1601, 2005.

LOSURDO, Domenico. **O marxismo ocidental**: como nasceu, como morreu, como pode renascer. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

LYRA, Edmar. Usina Estreliana se prepara para iniciar mais uma safra. **Blog Edmar Lyra**, 2020. Disponível em: <https://www.edmarlyra.com/usina-estreliana-se-prepara-para-iniciar-mais-uma-safra/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

MAIA, Nayala de Souza Ferreira. **Açúcar e transição para o trabalho livre em Pernambuco** (1874-1904). 2ª ed. Recife: Editora Massangana, 2009.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico-jurídico-social. Parte 3ª. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da Dependência. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.

MOURA, Clóvis. A quilombagem como expressão de protesto radical. *In*: MOURA, Clóvis (org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1992.

MOURA, Clóvis. **Quilombos**: Resistência ao escravismo. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1993.

PAES, Lucas. Sertanejos sofrem com depressão. **CREMEPE**, Recife, 25 maio 2007. Disponível em: <http://www.cremepe.org.br/2007/05/25/sertanejos-sofrem-com-depressao/>. Acesso em: 25 maio 2025.

PARENTE, Marília. Após entrevista ao LeiaJá, camponês é preso em Jaqueira. **Leia Já**, 22 ago. 2020a. Disponível em: <https://www.leiaja.com/noticias/2020/08/22/apos-entrevista-ao-leiaja-campones-e-preso-em-jaqueira/>. Acesso em: 25 maio 2025.

ENSAIO SOBRE A SOCIOGENIA DOS “CABRAS MARCADOS PARA MORRER

PARENTE, Marília. Jaqueira teria lista de 10 camponeses jurados de morte. **Leia Já**, 27 jul. 2020b. Disponível em: <https://www.leiaja.com/noticias/2020/07/27/jaqueira-teria-lista-de-10-camponeses-jurados-de-morte/>. Acesso em: 25 maio 2025.

PARENTE, Marília. Camponeses jurados de morte em Jaqueira pedem socorro. **Leia Já**, 19 ago. 2020c. Disponível em: <https://www.leiaja.com/noticias/2020/08/19/camponeses-jurados-de-morte-em-jaqueira-pedem-socorro/>. Acesso em: 25 maio 2025.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECENIA, Ana Ester; SADER, Emir (Org.). **La guerra infinita: hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: Clacso, 2001. p. 217-256.

PRISÕES e cumprimento de mandado de busca e apreensão apavoram e deixam famílias indignadas em Fervedouro, Jaqueira (PE). **CPT NE II**, 26 jun. 2020. Disponível em: <https://cptne2.org.br/noticias/noticias-por-estado/pernambuco/5315-prisoas-e-cumprimento-de-mandado-de-busca-e-apreensao-apavoram-e-deixam-familias-indignadas-em-fervedouro-jaqueira-pe>. Acesso em: 25 maio 2025.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL - PNCS. Boletim Informativo – Conflitos sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central. **Resistimos para existir**: dizemos não à usina nuclear no São Francisco. n. 01 (jun. 2019). Manaus: UEA Edições/PNCS, 2019.

SALES, Yago. Helicópteros, PMs, drones, chuva de agrotóxicos: os ataques contra camponeses em um engenho em Pernambuco. **De olho nos ruralistas**, 2020a. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/05/16/helicopteros-pms-drones-chuva-de-agrotoxicos-os-ataques-contracamponeses-em-um-engenho-em-pernambuco/>. Acesso em: 25 maio 2025.

SALES, Yago. Operação policial, atentado e ‘lista da morte’ põem posseiros de Pernambuco em pânico. **De olho nos ruralistas**, 2020b. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/07/27/operacao-policial-atentado-e-lista-da-morte-poem-posseiros-de-pernambuco-em-panico/>. Acesso em: 25 maio 2025.

SILVA, Edson. MANUEL VALENTIM: “Uma Guerra Civil de 12 anos”. Mobilizações indígenas na Zona da Mata Sul de Pernambuco, na segunda metade do século XIX. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História**, v. 19, n. 34, p. 170–207, 2022.

SILVA, Whodson. **O conto das quatro mil almas**: uma etnografia do confronto de Indígenas e Quilombolas com a Central Nuclear do Nordeste. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

TORRES, Alexandra. Dependência química preocupa em Itacuruba. **CREMEPE**, Recife, 25 ago. 2011. Disponível em: <http://www.cremepe.org.br/2011/08/25/dependencia-quimica-preocupa-em-itacuruba/>. Acesso em: 25 maio 2025.

ENSAIO SOBRE A SOCIOGENIA DOS “CABRAS MARCADOS PARA MORRER

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Capital e propriedade fundiária**: suas articulações na economia de Pernambuco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.



Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.